#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

( Do Senhor CARLOS WILLIAN e outros)

contribuinte." (NR)

"Altera o art. 153 da Constituição Federal e acresce dispositivo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

#### O Congresso Nacional decreta:

VIII – <u>movimentação financeira</u> (NR)
§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e o limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos imposto enumerados nos incisos I, II, IV, V <u>e VIII</u> .

- Art. 2º O caput do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:
  - "Art. 76 É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais."
- Art. 3º Acresça-se o seguinte artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:
  - "Art. 95 <u>O prazo previsto no caput do art. 79 deste Ato das</u> <u>Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31</u> <u>de dezembro de 2014 . (NR)</u>

#### **JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta visa corrigir problemas graves com relação a CPMF em vigor atualmente, mas com prazo programado para se encerrar no fim deste ano.

O primeiro é o caráter provisório continuado, que o torna permanente e que como já está na nossa cultura tributária, deve-se logo enfrentar o problema e tornálo permanente, a fim de se evitar as seguidas prorrogações.

É melhor que se discuta logo a CPMF como um imposto, o que já é na verdade, do que se discutir apenas seu conceito de caixa. Muito se fala do importante instrumento de controle da sonegação, que não duvidamos, mas sendo assim, vamos assumi-lá logo como permanente e parar de testar, aprovando como transitório algo que já consideramos permanente.

As definições de incidência e isenção ficarão por conta de lei ordinária, ajudando a "limpar" a nossa Constituição Federal.

Ao classificar a atual CPMF como imposto, vamos corrigir um grave problema, que é o não compartilhamento com Estados e Municípios dessa receita, o que fará com que a mesma seja distribuída conforme já prevê o art. 159 da CF/88, ou seja igual aos demais impostos.

A fim de que não se cause problemas com as contas da União, propomos também a prorrogação da DRU por quatro anos, bem como dos fundos de combate à pobreza por igual período.

Sala das Sessões, em

CARLOS WILLIAN
Deputado Federal

"Altera o art. 153 da Constituição Federal e acresce dispositivo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

"Altera o art. 153 da Constituição Federal e acresce dispositivo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

"Altera o art. 153 da Constituição Federal e acresce dispositivo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

"Altera o art. 153 da Constituição Federal e acresce dispositivo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

		Federal e Ato	art. 153 da C acresce dis das I onais Transi	positivo no Disposições
	_			
	-			
	_			
	_			
	. <u>-</u>			
 	-			
 	-			
	. <u>-</u>			